

# Parlamentarismo é esperança feminina

LAURENICE NOLETO  
Da Editoria de Política

A depender do que desejam as 25 parlamentares que representam as brasileiras na Assembléia Constituinte, vem aí uma espécie de Revolução Francesa só para mulheres. A transformação atende pelo extenso nome de sistema parlamentarista de governo e dará às mulheres, segundo a deputada federal Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), a cota de liberdade, igualdade e fraternidade até então negada por uma sociedade controlada por homens: "Nós temos consciência de que o regime

presidencialista é machista e não dá direito às mulheres". Abadia e Márcia Kubitschek (PMDB-DF) não vacilaram em afirmar, nas entrevistas concedidas ontem (Dia Internacional da Mulher) e que a segregação feminina é a regra no Brasil. E garantem que o peso da discriminação atingiu-se durante o início da Constituinte, cuja composição é considerada ideal para ilustrar o alcance da segregação: são apenas 4,9% de mulheres no universo de 559 parlamentares, embora 54% da população sejam femininas. A reação da bancada feminina foi a apresentação de 38 emendas garantindo mais direitos às mulheres.



Márcia Kubitschek

Temos centenas de mulheres participando da vida sindical, inclusive na liderança de muitas categorias. As mulheres deixaram de falar e passaram a fazer, de forma mais concreta".

**A** Constituinte tem hoje 25 mulheres. Essa bancada é suficiente para defender os interesses femininos na nova Constituição?  
— Acho que já foi muito grande o avanço. Devíamos ser 26, mas uma das nossas companheiras foi convidada para ser secretária de Cultura em São Paulo e acho que ela fez bem em aceitar. Mas, quando se pensa que 60% dos eleitores são mulheres, a gente vê que a defasagem é muito grande. A bancada, apesar de constituída de diferentes posições políticas e ideológicas, naquilo que se refere aos direitos fundamentais da mulher, ela tem se mantido totalmente unida, lutando no mesmo nível.

**Quais os principais pontos conquistados com relação aos direitos das mulheres?**

— Vários. Por exemplo, a licença de 120 dias para a gestante; a concessão de licença de oito dias para o marido da gestante; a proibição de diferenças salariais e de critérios diferentes para admissão no mercado de trabalho por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; a extensão dos direitos trabalhistas à empregada doméstica, cujo mercado é composto de 95% de mulheres; além, é evidente, de todos os outros direitos e garantias fixados para os trabalhadores em geral.

**Na década de 70 falava-se muito em feminismo. Hoje, a expressão quase não é usada. Por quê? As mulheres deixaram de lutar ou mudaram o rumo dos movimentos feministas?**

— Mudou o rumo da luta. A vida é muito dinâmica. As mulheres souberam conduzir melhor as suas lutas, fazendo suas reivindicações dentro das associações, dos sindicatos, dos partidos políticos.

**A nível pessoal, você acha que foi de alguma forma privilegiada por ser filha de um ex-presidente da República? Quais os pontos positivos e negativos de ser filha de um pai famoso?**

— Toda medalha tem duas faces. No meu caso, eu considero uma honra ter tido um pai como Juscelino Kubitschek, porque ele foi um grande estadista. Ele me ensinou a importância da política para a vida do nosso povo. E com grande humildade que reconheço isso. Entretanto, o fato de ter sido filha de um grande homem acarretou-me também graves e sérios problemas. Você sabe... quando resolvi me candidatar... A inveja levou algumas pessoas a tentarem impedir a minha candidatura.

**Quais os temas da Constituinte a que se dedicou mais?**

— Trabalhei nas subcomissões e comissões temáticas da Educação e Cultura, e mais tarde na Organização dos Estados. Fiz várias emendas e uma delas, que apresentei em todas as fases da Constituinte e continuo defendendo em plenário, é importantíssima para o DF. Ela cria a Região Integrada do Plano Central, composta do Distrito Federal e região geoeconômica de Brasília e do Entorno. A maioria dessas cidades não passa de simples dormitórios. E preciso se criar condições para o seu desenvolvimento integrado.



Maria de Lourdes Abadia

A mulher brasileira ainda é muito discriminada. Nós, as 25 deputadas, representamos 54% da população. Mais de 64 milhões de mulheres. E somos apenas 4,9% dos parlamentares."

**C**omo você vê os resultados da Constituinte no que diz respeito aos direitos das mulheres? E as mulheres, como acha que elas estão vendo essas conquistas adquiridas?

— Acho que estamos conseguindo, dentro das possibilidades e com muita luta, alguns avanços em favor da mulher. E, pelo que eu tenho sentido, as mulheres têm acompanhado esses avanços e se manifestam satisfatoriamente quanto ao que se está conquistando.

**A bancada feminina era, no início da Constituinte, motivo de atração. Hoje, como você acha que as mulheres estão se saindo?**

— Conseguimos melhorar nossa posição através dos nossos discursos, emendas defendidas e articulações. Eu confesso que no começo éramos vistas como Clube da Luluzinha. Recebíamos um tratamento não de igual, mas especial, até pela própria imprensa. Qualquer coisa que se dizia, fazia ou até o que se vestia era motivo de comentários, de observação. Era mesmo uma situação de exceção. Tinha as grandes estrelas. Mas, com o tempo, estão sobrevivendo aquelas que mostram mais trabalho, mais competência. Hoje, a mulher constituinte é mais respeitada, pelas próprias posições assumidas diante das questões em geral e não-somente frente às questões das mulheres.

**A mulher brasileira ainda é muito discriminada?**

— É. A mulher brasileira ainda é muito discriminada. Por exemplo, nós, as 25 deputadas eleitas, representamos 54% da população brasileira. Mais de 64 milhões de mulheres. E no Congresso somos apenas 4,9% dos 559 parlamentares. Não temos nenhuma governadora, senadora ou ministra. Dai uma das razões por que as mulheres estão apostando no parlamentarismo como sistema de governo. Nós temos consciência de que o regime presidencialista é machista e não dá direito, oportunidade, às mulheres.

**Você aceitaria, se indicada, concorrer ao cargo de governadora do Distrito Federal?**

— O político jamais pode dizer desta água não beberei. O político não se pertence. E se isso for um apelo, uma vontade do brasileiro, eu tenho coragem de enfrentar mais essa luta, que acredito não será mais difícil do que assumir a Administração de Ceilândia, ainda em 1972. O desafio não é tão diferente, apesar de ter consciência das dificuldades enfrentadas para se administrar uma cidade como Brasília, com tantos problemas e tantas desigualdades. Já fui convidada para ser vice de outros candidatos. Mas entendo que as mulheres, se forem enfrentar uma parada dessas, deverão procurar logo se eleger para cabeça de chapa. Chega dessa de participar de chapas apenas para ajudar a eleger os homens. Nós temos capacidade, coragem e sensibilidade para administrar tão bem ou melhor que os homens.

**Quais as principais emendas que apresentou na Constituinte e os resultados obtidos?**

— Até agora, já assinei as 38 emendas coletivas apresentadas pelas mulheres, além de outras 60 que registrei individualmente, estas não apenas com relação aos direitos das mulheres, mas do povo brasileiro, de um modo geral.

ANC  
V